setenta e três hectares cinquenta e quatro ares e sessenta e três centiares), localizado no Município de Ananindeua, Estado do Pará que prevê o assentamento de 76 (setenta e seis) famílias.

Art. 2º O Presidente do ITERPA, em articulação com as diretorias da Autarquia, adotará as providências necessárias para sua implementação e comunicará o reconhecimento da condição quilombola da comunidade aos órgãos estaduais e federais competentes.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

José Heder Benatti

Presidente

PORTARIA Nº 02856, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 187690

Cria o **TERRITÓRIO ESTADUAL QUILOMBOLA – TEQ, 2º DISTRITO DE MOCAJUBA** localizado no Município de Mocajuba, Estado do Pará.

O Presidente do Instituto de Terras do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, incisos VI e VIII, e Art. 5º, alíneas *a* e *k*, da Lei 4.584 de 08 de outubro de 1975 e o Art. 17, inciso II, *c*, do Decreto 063 de 14/03/2007; Art. 7º do Decreto nº 2280 de 24 de maio de 2010 diário oficial de 08 de junho 2010 e Instrução Normativa do ITERPA nº 09 de junho de 2010.

CONSIDERANDO a necessidade de promover as comunidades remanescentes dos quilombos no propósito de ver-lhes respeitados os direitos assegurados na constituição federal e estadual;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público garantir a auto-sustentabilidade destas comunidades;

CONSIDERANDO que é indispensável o apoio técnico, material e financeiro para que essas comunidades se desenvolvam, social e economicamente, em harmonia com as suas tradições, costumes, culturas e outros valores materiais e imateriais, que cabe ao ESTADO preservar, conforme determinam os Art. 215 e 21a da Constituição federal;

CONSIDERANDO que a implantação do Território Estadual Quilombola (TEQ) leva em consideração as características territoriais, as formas de organização peculiares a cada grupo, preservando seus valores sociais e culturais, visando garantir a sustentabilidade ambiental e econômica destas comunidades;

CONSIDERANDO que os remanescentes das comunidades de quilombos, cujos territórios tenham sido reconhecidos de propriedade dos mesmos, serão incluídos entre os beneficiários das ações propostas nas políticas públicas afirmativas do governo federal e estadual;

CONSIDERANDO que o governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, expediu em 02 de dezembro 2008, o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo em favor da Associação dos Remanescentes de Quilombos do 2º Distrito de Porto Grande. Mangabeira, São benedito de Vizeu, Santo Antônio de Vizeu, Uxizal, Vizania e Itabatinga área de 15.073,2371 (quinze mil setenta e três hectares vinte e três ares e setenta e um centiares), localizado no Município de Mocajuba.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o **TERRITÓRIO ESTADUAL QUILOMBOLA – TEQ, 2º DISTRITO DE MOCAJUBA**, área de 15.073,2371 (quinze mil setenta e três hectares vinte e três ares e setenta e um centiares), localizado no Município de Mocajuba Estado do Pará que prevê o assentamento de 410 (quatrocentos e dez) famílias.

Art. 2º O Presidente do ITERPA, em articulação com as diretorias da Autarquia, adotará as providências necessárias para sua implementação e comunicará o reconhecimento da condição quilombola da comunidade aos órgãos estaduais e federais competentes.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

José Heder Benatti

Presidente

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 188160

PORTARIA: 2883/2010

Objetivo: Proceder a vistoria nas áreas de interesse de Jovino Vilhena, Everaldo Pontes e Raimundo Pereira da Gama,

Fundamento Legal: Artigo 145 da Lei nº 5.810, de 24/01/1994

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

JURUTI/PA - Brasil<br

Servidor(es):

808450701/KARILENE DO SOCORRO QUARESMA DE QUEIROZ BITTENCOURT (TÉC. EM DESENV. AGRÁRIO E FUND.) / 7.5 diárias (Completa) / de 08/12/2010 a 15/12/2010<br

Ordenador: LEILA MÁRCIA SOUSA DE LIMA ELIAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 187526

Inexigibilidade: 37/2010

Data: 06/12/2010

Valor: 1.980,00

Objeto: TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES NO CURSO "PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, SINDICÂNCIA, INQUÉRITO E TÉCNICAS DE ENTREVISTA", A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 14 A 17/12/2010, NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Fundamento Legal: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART.25 CAPUT, DA LEI 8.666/93, REPUBLICADA EM 06/07/94 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

Data de Ratificação: 06/12/2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso

Origem do Recurso

21631124749100000 339039 0261000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

Endereço: AV.CHANPAGNAT, Bairro: CENTRO, 645

CEP. 29100-013 - VILA VELHA/ES

Complemento: SALA 502

Telefone: 2733400122

Ordenador: JOSÉ HEDER BENATTI

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 187537

PORTARIA: 2844/2010

Objetivo: Dar continuidade aos trabalhos de identificação, georeferenciamento e condução do veículo, no município de Santa Bárbara/PA.

Fundamento Legal: Lei nº 4.584, de outubro de 1975 e, considerando ainda o artigo 145 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Santa Bárbara/PA - Brasil<br

Servidor(es):

808452011/JORGE DO CARMO DOS SANTOS FARIAS (ASS. TÉC. EM GEST. E DESENV. AG. E FUND.) / 1.0 diárias (Completa) / de 28/11/2010 a 29/11/2010

32810781/JOSÉ DA CONCEIÇÃO TRINDADE (MOTORISTA) / 1.0 diárias (Completa) / de 28/11/2010 a 29/11/2010

31670541/RAIMUNDO HUGO DE MORAES FILHO (TÉCNICO) / 1.0 diárias (Completa) / de 28/11/2010 a 29/11/2010<br

Ordenador: LEILA MÁRCIA SOUSA DE LIMA ELIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 187971

FIXA O PROCEDIMENTO LEGAL PARA PERMUTA DE ÁREAS.

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas "g" e "k", da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e considerando o que estabelece a Lei Estadual nº 7.289/2009, Decreto Estadual nº 2.135/2010 e Decreto Estadual nº 2.472/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - As permutas de áreas se darão através do procedimento a seguir.

Art. 2º - O interessado na realização de permutas deverá apresentar requerimento escrito ao Presidente do Instituto, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Se pessoa física:

a) fotocópia autenticada de documento oficial de identificação pessoal, com foto do requerente, expedido pelo Governo ou órgão de classe;

b) fotocópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF) do requerente;

c) fotocópia autenticada do comprovante de residência, com todas as informações necessárias para o recebimento de notificações;

II - Se pessoa jurídica:

a) fotocópia autenticada dos atos constitutivos da pessoa jurídica;

b) fotocópia autenticada do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

c) fotocópia autenticada da inscrição estadual da Secretaria da Fazenda;

Parágrafo Único – O interessado deverá apresentar, além dos documentos listados acima, o georreferenciamento do imóvel a permutar, cópia do Título Definitivo a ser permutado.

Art 3º - Recebido o requerimento pela Presidência deste Instituto, o mesmo será encaminhado à Coordenação de Documentação e Informação Fundiária – CDI, para manifestação a respeito do Título Definitivo apresentado, quanto a autenticidade do mesmo, e cumprimento das obrigações financeiras estabelecidas.

Parágrafo Único – A Coordenação de Documentação e Informação Fundiária – CDI, poderá pedir auxílio da Comissão Permanente de Análise de Documentos – CPAD, para manifestação tratada no caput.

Art 4º - Após manifestação da Coordenação de Documentação e Informação Fundiária - CDI, os autos serão encaminhados à Gerência de Cartografia e Geoprocessamento – GCG, para plotagem e verificação quanto a disponibilidade e dominialidade da área a ser permutada, assim como, para verificação sobre a área originariamente licitada, informando se a mesma estava localizada dentro dos limites da reserva indígena, e após encaminhará à Coordenação Agrária e Fundiária – CAF, para cálculo do valor da área a ser permutada, assim como, cálculo da atualização do valor pago ao momento da licitação.

Art. 5º - Prestadas as informações e após homologação da Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário - DEAF, os autos serão encaminhados à Diretoria Jurídica, para parecer simplificado.

Art. 6º - Caberá à Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário – DEAF, manifestação sobre os casos de necessidade de realização de vistoria.

Art. 7º - O Presente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, homologando o parecer, e caso o mesmo seja favorável à realização da permuta, determinará a publicação do ato em Diário Oficial, determinando a confecção do Título de Permuta pela Coordenação de Documentação e Informação Fundiária - CDI.

Art. 8º - A Coordenação de Documentação e Informação Fundiária - CDI, registrará os títulos permutados em Livro próprio, indicando o número do Lote, o beneficiário originário e o nome do beneficiário da permuta.

Art. 9º - As situações não previstas nesta Instrução Normativa, serão submetidas à apreciação do Conselho Diretor do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, após análise e manifestação conclusiva dos setores competentes.

Art. 10 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HEDER BENATTI

Presidente

PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 187585

PORTARIA Nº 2842/201007 DE DEZEMBRO DE 2010

A Diretora Administrativa e Financeira do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, da Portaria nº 788/2009-GP, de 21 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.531, de 23.10.2009, que lhe foram delegadas pelo Presidente do ITERPA com base na Lei nº 4.584, de 8 de outubro de 1975 e, considerando ainda o artigo 74, § 2º da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

Considerando o Memorando nº 174/2010 - GLT, datado de 30.11.2010;

R E S O L V E:

TRANSFERIR por necessidade de serviço, o período de gozo de férias do servidor **IRANILDO VICENTE DA SILVA**, Contínuo, matrícula nº 23132/1, programadas para 01.12 a 30.12.2010, concedida através da Portaria nº 2788/2010 de 29 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº DIÁRIO OFICIAL Nº. 31803 de 02/12/2010, ficando o referido período em aberto.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Leila Márcia Elias-Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 187568

PORTARIA Nº 2855/2010 DE, 06 DE DEZEMBRO DE 2010

A Diretora Administrativa e Financeira do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, da Portaria nº 0788/2009-GP, de 21 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.531, de 23/10/2009, que lhe foram delegadas pelo Presidente do ITERPA com base na Lei nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e, considerando ainda o artigo 145 da Lei nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1994 e o processo nº 2010/ 202317 de 20/09/2010;

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2357/2010 de 20/09/2010, publicado no DOE nº 31.758 de 23/09/2010, que concedeu